



**DOCUMENTO DE POSIÇÃO**

**INCORPORAR METAS CLIMÁTICAS  
E DE SUSTENTABILIDADE NOS  
SISTEMAS FISCAL PÚBLICOS**

Julho de 2025

## RESUMO

À medida que as alterações climáticas, a escassez de recursos e as desigualdades socioeconómicas redefinem as prioridades globais de desenvolvimento, os governos africanos devem integrar metas climáticas e de sustentabilidade na gestão das finanças públicas (PFM). Este documento explora como as iniciativas de sustentabilidade podem transformar os sistemas nacionais de orçamentação, aquisição e prestação de contas em motores de resiliência e crescimento inclusivo e sustentável. Com base em estudos de caso de países, evidências de estruturas internacionais e insights de líderes africanos em finanças públicas, o documento defende uma mudança ousada em direção a orçamentos verdes, políticas fiscais responsivas ao clima e inovação digital. Ele conclui com recomendações práticas para contadores gerais, ministérios das finanças e órgãos de supervisão para incorporar a gestão ambiental e a equidade social no cerne das práticas financeiras em todo o continente.

### 1. Introdução

A urgência da ação climática, a promessa de desenvolvimento inclusivo e a busca pela concretização da [Agenda África 2063](#) convergem no domínio da Gestão das Finanças Públicas (PFM). Os sistemas de PFM influenciam a forma como os governos alocam recursos, avaliam riscos, implementam políticas e prestam serviços à população. Quando moldados por princípios de sustentabilidade, esses sistemas tornam-se alavancas para a resiliência, equidade e eficiência a longo prazo. Em África, o continente que é significativamente afetado pelas alterações climáticas e onde a vulnerabilidade climática e as restrições fiscais se cruzam, a integração dos princípios ambientais, sociais e de governação (ESG) nas finanças públicas é uma necessidade existencial.

### 2. Contexto

Embora seja responsável por menos de 4% das emissões globais, a África é desproporcionalmente afetada pelas alterações climáticas: sete dos dez países mais vulneráveis às alterações climáticas no mundo estão na África. As alterações climáticas e os impactos relacionados custam à África entre 5% e 15% do seu crescimento do PIB per capita; e o continente precisa de até 1,6 bilhões de dólares para cumprir as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, de acordo com uma estimativa [do Banco Africano de Desenvolvimento](#). Infelizmente, a África recebe cerca de 2% do total global para o clima — uma pequena fração dos mais de US\$ 250 bilhões de que precisa anualmente para financiar as suas ações climáticas e se adaptar aos impactos devastadores das alterações climáticas, de acordo com [a União Africana](#). O custo das alterações climáticas é extremamente elevado para o continente.

Ao mesmo tempo, as pressões fiscais e as necessidades de recuperação pós-pandemia da COVID-19 exigem uma gestão mais eficiente, transparente, responsável e sustentável dos recursos públicos. A gestão das finanças públicas centrada na sustentabilidade, ancorada no orçamento verde, na divulgação dos riscos climáticos e nas aquisições sustentáveis, oferece um caminho a seguir para o continente.

Uma discussão recente organizada pela Associação Africana de Contadores Gerais (AAAG) destacou o crescente reconhecimento de que a sustentabilidade deve ser parte integrante da governança fiscal moderna em África. Estratégias como estruturas de compras ecológicas, fundos de infraestrutura com cofinanciamento privado, instrumentos financeiros climáticos inovadores (como títulos verdes, sociais e de sustentabilidade (GSS) e mecanismos de financiamento misto) e normas governamentais de divulgação de informações climáticas estão a tornar-se padrão em todo o continente. Essas ideias estão alinhadas com as melhores práticas globais para o orçamento verde

, uma ferramenta essencial para incorporar e integrar a sustentabilidade nos orçamentos nacionais.

### 3. Problema

Apesar da crescente sensibilização, a maioria dos governos africanos ainda não integrou totalmente a sustentabilidade nos seus sistemas fiscais. Sem intervenções deliberadas, estruturadas e estratégicas, as economias africanas correm o risco de investir insuficientemente na resiliência climática e de perder oportunidades de financiamento climático. Os desafios incluem:

- **Resistência à mudança:** resistência à reforma e falta de incentivos para adotar e integrar quadros de sustentabilidade nos orçamentos nacionais.
- **Lacunas de capacidade:** Conhecimentos técnicos limitados em avaliação de riscos climáticos, contabilidade verde e relatórios ESG. O continente também enfrenta uma capacidade limitada para desenvolver e implementar ferramentas e quadros de financiamento climático.
- **Sistemas fragmentados:** sistemas de gestão das finanças públicas desconectados que dificultam a integração da sustentabilidade intersetorial e a colaboração em todo o continente.
- **Dados e divulgação:** sistemas de dados inadequados para apoiar decisões e políticas fiscais informadas sobre o clima.

### 4. Soluções políticas

Para construir economias resilientes por meio de estruturas financeiras sustentáveis, os governos podem adotar as seguintes estratégias:

#### **a) Orçamento verde e despesas públicas sensíveis às alterações climáticas**

- Introduzir a marcação orçamental para acompanhar as despesas relacionadas com o clima.
- Alinhar os planos de investimento público com as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ao abrigo do Acordo de Paris.
- Realizar declarações orçamentais climáticas para informar o escrutínio parlamentar.

#### **b) Aproveitar o financiamento climático e o investimento verde**

- Mobilizar financiamento climático, tanto de fontes públicas como privadas, para financiar iniciativas destinadas à redução de emissões, adaptação e mitigação climática, bem como para lidar com perdas e danos. Os países podem explorar ferramentas como títulos verdes, sociais e de sustentabilidade (GSS), financiamento misto, trocas de dívida por natureza, mercados de carbono, parcerias público-privadas, etc.

#### **c) Contratação pública sustentável (SPP)**

- Incorporar critérios ambientais e sociais nos regulamentos de compras.
- Utilizar as compras como alavanca para a inovação e a criação de empregos verdes.
- Integrar os custos do ciclo de vida para avaliar os critérios ambientais.

#### **d) Avaliação de riscos climáticos e integração ESG**

- Exigir a análise de cenários e a divulgação de riscos climáticos em todos os ministérios e agências
- Adotar a contabilidade de exercício para capturar passivos ambientais de longo prazo.
- Utilizar estruturas internacionalmente reconhecidas, como a TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures), para divulgações de riscos e oportunidades financeiras relacionadas com o clima.

#### **e) Inovação tecnológica na PFM**

- Aproveitar os sistemas digitais de PFM para monitorização em tempo real das métricas de sustentabilidade.
- Utilizar análises preditivas para previsão de riscos climáticos e planeamento de investimentos verdes.
- Promover a interoperabilidade entre bases de dados financeiras, ambientais e de infraestruturas.

#### **f) Capacitação, partilha de conhecimentos e aprendizagem entre pares**

- Estabeleça unidades de sustentabilidade nos Tesouros Nacionais e nas Contas Gerais para impulsionar iniciativas de sustentabilidade ambiental, acompanhar o progresso e capturar lições e melhores práticas.
- Facilitar a aprendizagem entre pares e a assistência técnica a nível regional através da AAAG.
- Colaborar com universidades, centros de investigação, think tanks e organizações multilaterais para a formação em ESG.

## **5. Casos baseados em evidências**

- **Orçamentação ecológica:** Os países africanos tomaram consciência da necessidade de integrar componentes de sustentabilidade nos seus orçamentos. A maioria [dos países da África Ocidental](#), por exemplo, fez progressos na integração das questões relacionadas com as alterações climáticas nas suas políticas económicas e processos orçamentais. Países como a Nigéria, [o Benim](#) e [o Ruanda](#) emitiram obrigações verdes para financiar projetos de investimento relacionados com o clima (e emitiram [diretrizes](#) para impulsionar a emissão de obrigações GSS). O Gana e o Uganda criaram uma unidade de alterações climáticas no âmbito dos Ministérios das Finanças para liderar iniciativas de financiamento climático e garantir a integração das preocupações relacionadas com as alterações climáticas no sistema de gestão das finanças públicas.
- **Aquisições sustentáveis:** A África do Sul incorporou critérios ambientais no seu [Quadro de Política de Aquisições](#) Preferenciais. A mudança já produziu benefícios ambientais tangíveis, por exemplo, através da redução do consumo de água, energia, geração de resíduos e emissões.
- **Divulgação de riscos climáticos:** O Governo do Reino Unido aprovou o quadro TCFD para divulgações climáticas e [tornou obrigatórias divulgações alinhadas](#) para grandes entidades do setor privado. Isto melhorou a qualidade e a amplitude das informações relacionadas com o clima nos relatórios anuais do setor público e alinhou os relatórios relacionados com o clima com o setor privado.

- **Transparência:** A Tanzânia está a desenvolver uma [plataforma integrada de compras eletrónicas](#) que permite auditorias de sustentabilidade em tempo real. [O Quênia acompanha as suas despesas ecológicas e relacionadas com o clima](#) para um planeamento e orçamentação eficazes.
- **Aprendizagem entre pares e capacitação:** A [Estratégia da União Africana para as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Resiliente \(2022-2032\)](#) incentiva a cooperação regional e apoia a concretização desta visão, estabelecendo princípios, prioridades e áreas de ação para uma cooperação climática reforçada e um desenvolvimento resiliente às alterações climáticas a longo prazo. Os webinars da AAAG (e outros eventos de aprendizagem e desenvolvimento de capacidades) já se tornaram uma plataforma fundamental para a partilha de conhecimentos e experiências e podem ser ainda mais aproveitados para impulsionar a colaboração, melhorar a partilha de conhecimentos, reforçar a aprendizagem entre pares e melhorar o desenvolvimento de capacidades.

## 6. Priorizar uma abordagem centrada no cidadão

A integração dos critérios de alterações climáticas e sustentabilidade nos orçamentos nacionais e nos sistemas fiscais tem implicações diretas na vida da população. Por exemplo, os agricultores afetados pela seca no Quênia, as famílias deslocadas pelas inundações em Moçambique ou no Maláui e os jovens desempregados em todo o Sahel sentem diariamente os efeitos de políticas insustentáveis. Um sistema de contratos públicos que dê prioridade às escolas alimentadas a energia solar em detrimento dos geradores a diesel, por exemplo, não só reduz as emissões, como também prolonga o tempo de aprendizagem das crianças. Um sistema de irrigação alimentado a energia solar em zonas afetadas pela seca não só contribui para cumprir a meta nacional de emissões, como também proporciona uma tábua de salvação aos agricultores para melhorarem a sua produtividade e condições de vida.

Além disso, relatórios transparentes sobre gastos climáticos e indicadores de sustentabilidade significam que os cidadãos sabem se os governos estão a construir diques ou a subsidiar combustíveis fósseis; ou se os investimentos que estão a ser feitos são resilientes para resistir a choques climáticos. Essa transparência reforça e fortalece a confiança dos cidadãos nos governos.

## 7. Conclusão e recomendações

A gestão das finanças públicas deve evoluir para enfrentar os desafios mais significativos do século<sup>XXI</sup>: as alterações climáticas e a consecução de um crescimento sustentável. A integração da sustentabilidade climática e ambiental nos sistemas fiscais é a base da resiliência. Para os países africanos, esta transformação é simultaneamente uma responsabilidade e uma oportunidade.

### **Recomendações:**

- i. **Adotar quadros orçamentais ecológicos:** os ministérios das Finanças devem testar a identificação climática e publicar anualmente declarações orçamentais climáticas detalhando as despesas com sustentabilidade.
- ii. **Institucionalizar as compras públicas sustentáveis (SPP):** os ministérios das Finanças devem desenvolver diretrizes de SPP alinhadas com os objetivos nacionais de ESG e climáticos.
- iii. **Investir em infraestruturas digitais:** desenvolver sistemas PFM interoperáveis que suportem o acompanhamento da sustentabilidade em tempo real.
- iv. **Integrar o risco climático nos relatórios financeiros:** fazer a transição para a contabilidade baseada no regime de competência para capturar passivos ambientais de longo prazo.
- v. **Desenvolver capacidades e promover oportunidades de aprendizagem:** Aproveitar plataformas como a AAAG para formação, aprendizagem entre pares, partilha de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades, a fim de reforçar a cooperação e a colaboração e alcançar a harmonização das políticas entre os países.

Incorporar metas climáticas e de sustentabilidade nos sistemas fiscais públicos



ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTABILISTAS GERAIS (AAAG)

Plot 488a, Lake Road | Kabulonga – Lusaka, Zâmbia | +260 958120115info@aaag.org.zm |

[www.aaag.org.zm](http://www.aaag.org.zm)

Follow us on Social Media



[www.aaag.org.zm](http://www.aaag.org.zm)

AFRICAN ASSOCIATION OF  
ACCOUNTANTS GENERAL